AINST/16/00103 — Relatório final da CAE

I - Avaliação da Instituição

Perguntas A1. e A2.

A1.1 **Instituição de Ensino Superior:**
Escola Superior De Educação De Almeida Garrett
A1.2 **Entidade instituidora:**
Cofac - Cooperativa De Formação E Animação Cultural, C.R.L.
A2. **Natureza da instituição:**
<sem resposta>

Requisitos Gerais

A3. Projeto educativo, científico e cultural da Instituição.

A3.1. **Projeto educativo, científico e cultural da Instituição.**
Está definido e é coerente com a natureza politécnica e a missão da Instituição
A3.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
Conforme se poder ler no Relatório de Auto Avaliação (RAA) a escola tem como missão "a criação, transmissão, crítica e difusão da cultura, ciência e tecnologia, que através da articulação do estudo, da docência, da investigação e da animação social se integra na vida da sociedade". A escola apresenta um projeto educativo com um curso de licenciatura em educação básica e dois cursos de mestrado de habilitação para a docência, um em educação pré-escolar e outro em educação pré-escolar e ensino do 1º ciclo do ensino básico (ambos acreditados por 3 anos). Tem também dois Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), um em Intervenção Social e Comunitária e o outro em Intervenção Educativa em Creche. Nos últimos anos a escola teve que encerrar vários cursos dos anteriormente existentes. Nenhuma das propostas referentes a outros cursos conferentes de grau entretanto submetidas foi acreditada pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).
Assim, o projeto educacional é desenvolvido em termos da formação de educadores, professores do 1º ciclo do ensino básico e também em intervenção social. Ainda assim, a escola pretende expandir o seu âmbito para outras áreas dentro da dimensão de intervenção social, e recuperar os cursos de mestrado para formação de professores de algumas áreas do segundo ciclo do ensino básico.
As atividades de pesquisa e desenvolvimento foram crescendo lentamente, foram contratados neste ano académico dois novos professores jovens que prosseguem atividades de investigação, mas não há evidência substantiva de qualquer orientação institucional definida. Não há continuidade na pesquisa e o envolvimento dos professores é limitado a apenas alguns. Nenhuma evidência foi produzida para mostrar conexões formais com unidades de I&D acreditadas pela FCT. A escola realiza um Encontro Anual dedicado à investigação e publica uma revista não periódica. O diretor da escola tem-se envolvido ao longo dos anos em várias ações do Programa Cost, mas apenas um é relevante para a missão da escola. As publicações referidas são às vezes fora do âmbito formativo da escola. Seria importante que a investigação pudesse ser contida nas áreas de referência da escola.
A nível cultural, o projecto da escola é bastante restritivo, desenvolvendo-se apenas relações com estruturas/serviços locais, nomeadamente a junta de freguesia e uma IPSS, onde os estudantes podem realizar os seus estágios e, eventualmente, ser contratados posteriormente.

A4. Organização e gestão

A4.1. Órgãos de governo da Instituição e das suas Unidades Orgânicas estatutariamente consagrados

A4.1.1 **Órgãos de governo da Instituição e das suas Unidades Orgânicas estatutariamente consagrados.**
Existem, mas não satisfazem as condições legais ou não funcionam regularmente
A4.1.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
Os órgãos de governo são os que constam dos estatutos, homologados pelo MCTES, (Aviso nº 846/2011), mas contrariam em alguns aspetos a Legislação vigente.
Sendo um estabelecimento de ensino superior politécnico não integrado, dispõe de um Conselho Geral (CG) com um mandato de 3 anos e não de 4 anos (RJIES) e com uma constituição diferente do indicado no Artº 81º da Lei nº 62/2007.
O Conselho Técnico Científico (CTC) é pouco representativo dos professores, apenas integra 3 representantes dos docentes doutorados e dos investigadores e 3 professores coordenadores em regime de tempo integral, há mais de 10 anos. Os estatutos prevêm que reúna ordinariamente apenas uma vez por semestre. As reuniões são assim pouco participadas, o que se pode verificar pelas atas, as quais não estão numeradas, o que dificulta saber o número de vezes que o órgão reúne.
No Conselho Pedagógico (CP) só são eleitos os licenciados e os estudantes, contrariando o Artº 104º, do RJIES, os restantes docentes e investigadores, doutores e mestres; os coordenadores dos centros de estudos e os diretores de curso, integram na totalidade o órgão. Integram ainda o CP o Administrador e o responsável dos serviços académicos, o que não está previsto na Lei que apenas prevê a constituição deste órgão por docentes e estudantes, levando ainda a uma dimensão que não é funcional, caso se queira manter a paridade. Os estatutos referem que o plenário do CP reúne ordinariamente uma vez por semestre, mas pelas atas facultadas apenas reúne uma vez por ano (mês de junho), sendo que as atas consultadas não estão numeradas.

A4.2. Autonomia científica e pedagógica do estabelecimento

A4.2.1 **É assegurada a autonomia científica e pedagógica do estabelecimento:**
Em parte
A4.2.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
É referido no RAA que a autonomia é assegurada através dos órgãos de governo, mas é omisso quanto à forma como é assegurada e nas reuniões realizadas não foi possível obter elementos adicionais.
Existe uma direção científica e pedagógica dos ciclos de estudos.

A4.3. Participação de docentes, investigadores e estudantes no governo do estabelecimento

A4.3.1 **É assegurada a participação de docentes, investigadores e estudantes no governo do estabelecimento:**
Em parte
A4.3.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
A integração dos docentes e estudantes nos órgãos de governo da instituição pretende dar cumprimento aos estatutos, no entanto os mesmos contrariam o Regime Juridico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) quanto à composição desses órgãos de governo.
Existe uma grande centralização de funções. A Diretora é Presidente do CTC e Diretora do Curso de

Licenciatura; A Presidente do CP é Diretora dos Cursos de Mestrado; A Subdiretora é a Provedora, Diretora dos Programas de Formação Contínua e Diretora da Biblioteca.
Existe pouco envolvimento dos docentes nas decisões, nomeadamente na estratégia de desenvolvimento da instituição. Os alunos participam muito pouco, considerando não só o número reduzido dos mesmos, mas também porque são na sua maioria trabalhadores estudantes, permanecendo na escola apenas para frequência das aulas.

A4.4. Sistema interno de garantia da qualidade

A4.4. **Sistema interno de garantia da qualidade (artigo 4º, nº 1, alínea c) do RJAES):**
Existe, a nível da Instituição, não estando certificado pela A3ES (campo A4.4.2)
A4.4.1. **Evolução do sistema (no caso de sistema certificado pela A3ES).**
Sistema interno de garantia da qualidade definido a nível da Instituição e certificado pela A3ES:

A4.4.2. **Breve descrição do sistema (no caso de sistema não certificado pela A3ES)**
Sistema interno de garantia da qualidade definido a nível da Instituição e ainda não certificado pela A3ES:

Têm um gabinete académico da qualidade, da responsabilidade de um Professor, mas ainda com muito pouco trabalho produzido, tendo o mesmo informado que o gabinete iniciou as suas funções apenas há um ano.
Os regulamentos estão disponíveis para consulta na página web mas constata-se que fazem referência na sua grande maioria a março 2017 (regulamentos da biblioteca, formação continua, Direção de Gestão em Educação e Intervenção Social (DGEIS), estatuto do estudante com necessidades educativas especiais)e regulamento eleitoral (abril 2017).
Podemos perceber que o Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGQ) ainda está numa fase muito inicial, não existindo nenhum processo ainda consolidado, situação corroborada quer pelo coordenador do gabinete quer pela responsável SIGQ do “grupo” Lusófona, que referiu estar ainda tudo muito pouco desenvolvido.

A5. Ensino

A5.1. Procura e acesso

A5.1.1. **A instituição tem uma política de recrutamento de novos estudantes:**
Em parte
A5.1.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
A ESEAG desenvolve algumas atividades para captar novos estudantes, tais como ações de divulgação, feiras, etc., mas não referem como avaliam o impacto dos procedimentos de divulgação e da oferta formativa. Também não se entende muito bem se a divulgação é feita da mesma forma para toda a oferta formativa, só é percetível a sua realização a nível das escolas profissionais para os CTeSP e cursos de Licenciatura
Os resultados constantes do relatório de auto-avaliação revelam que o número de candidatos em 2015/16, através do concurso institucional de acesso foi de 6, a que corresponderam 6 matrículas; pelo concurso de maiores de 23 anos tiveram 6 candidaturas, com 5 matrículas; através de mudança de escola tiveram 7 candidaturas e 5 matrículas. No total, inscreveram-se 16 novos estudantes. O que demonstra a baixa procura.

A página podia estar mais apelativa, apresenta alguma dificuldade de consulta e de acesso a alguns documentos, tendo os alunos referido que a consultaram para se candidatarem e acham o aspecto agradável e contendo a informação de que necessitam.

A5.2. Sucesso escolar

A5.2.1. **A instituição tem políticas para promover o sucesso escolar e a integração dos estudantes:**
Sim
A5.2.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
Está relatado na pag. 38 do RAA que no ano 2015/2016 houve 34 alunos diplomados, mas em cursos que não são os descritos nas páginas 57 e 58, existindo assim alguma discrepância nos dados apresentados. Pelos dados disponibilizados verifica-se que 76% concluíram os ciclos de estudo no prazo previsto e 5% abandonaram o curso.
A instituição apoia os estudantes no sucesso escolar e na sua integração através de vários gabinetes, um Gabinete de Apoio e Inovação Psicopedagógica (GAIP), um Gabinete de Explicações e Apoio Pedagógico (GEAP), também aberto à comunidade e um Gabinete de Intervenção Psicológica (GIP). Pelos resultados apresentados no relatório, a taxa de sucesso é elevada, considerando o reduzido número de alunos que frequentam os cursos, este processo de aprendizagem torna-se mais fácil, permitindo um ensino mais personalizado e com uma maior taxa de sucesso.

A5.3. Ligação à investigação orientada

A5.3.1. **A instituição tem medidas que garantem o contacto dos estudantes com a investigação orientada desde os primeiros anos:**
Não
A5.3.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
No RAA é referido que o projeto educativo, científico e cultural incorpora a investigação orientada e tecnológica, devidamente orientada com as UC´s. No entanto verificou-se pelas reuniões que a investigação orientada não é ainda uma prática que envolva os estudantes. A investigação desenvolvida ao longo do curso traduz-se em trabalhos apresentados pelos estudantes (apenas alguns) em forma de poster, nos encontros de investigação organizados pela instituição.

A5.4. Inserção dos diplomados no mercado de trabalho

A5.4.1. **A Instituição promove de forma eficaz a monitorização da empregabilidade e o apoio aos estudantes para a sua inserção no mercado de trabalho:**
Em parte
A5.4.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
Os dados da empregabilidade são obtidos de forma individualizada (via telefone/inquéritos on-line) dado o reduzido número de diplomados. Existe um serviço de apoio à criação de emprego e estágios referido no relatório. Não foram produzidas evidências sobre o apoio à inserção excepto no que se refere a algumas contratações pelas instituições parceiras que recebem os estagiários.

A6. O corpo docente

A6.1. **A Instituição dispõe de um corpo docente adequado e tem uma política de recrutamento:**
Em parte
A6.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
Tendo por base os dados constantes do RAA, nomeadamente as fichas curriculares dos docentes, a

instituição dispõe de 64,7% do corpo docente próprio, em regime de tempo integral (TI). Estes docentes apresentam uma idade média elevada, devendo assim existir uma estratégia que permita contratar novos docentes com formação adequada às áreas de desenvolvimento da escola. Embora não esteja instituída nenhuma política de recrutamento de pessoal docente, o número de docentes é suficiente em número, considerando o número de alunos, mas deficitário nas qualificações de acordo com os ciclos de estudos acreditados.
Existem no corpo docente 61,9% de professores doutorados, dos quais 27,1% são doutores na área (foram consideradas as áreas de educação) e 48% são especialistas reconhecidos pelo CTC.
No entanto, após análise das fichas curriculares e de algumas atas do CTC, os especialistas não cumprem os requisitos necessários ao seu reconhecimento pois foram indevidamente contabilizados os anos de experiência profissional, dado que tiveram em conta os anos prestados dentro da própria instituição. Assim, a percentagem de especialistas apresentada aparenta ser superior à percentagem exigida para cumprimento deste indicador, mas é na realidade um pouco inferior, se formos analisar os respetivos curriculos.
No presente ano letivo integram o corpo docente dois novos professores, doutorados e com actividade científica, nomeadamente publicações científicas, os quais chegaram à instituição por candidatura espontânea.
Podemos assim constatar que não existe uma política de recrutamento

A7. A atividade científica e tecnológica

A7.1. Políticas de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível

A7.1.1. **A Instituição tem uma política para a investigação orientada, o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento profissional de alto nível, e para a sua valorização económica:**
Não
A7.1.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
A escola tem um Centro de Investigação e Publicações (criado em 2006) não reconhecido pela FCT. Promove encontros de investigação, anualmente desde 2010. Publica os “cadernos de investigação aplicada” desde 2007, o caderno nº 5 é de 2011 e o caderno nº6 já está disponível na página web, mas sem acesso ao conteúdo. A partir de 2014 são publicados os livros de resumos, em papel e on-line. Neste livro podemos verificar que os resumos apresentados são maioritariamente de docentes da ESEAG e de docentes/supervisores de estágio, que colaboram com a escola.
A Diretora, enquanto investigadora integra as ações COST ACTION TD1304: The NetWork for The Biology of Zinc (Zinc-Net) (2014 a 2018) e a COST ACTION CA 15221: Advancing effective institutional models towards cohesive teaching, learning, research and writing development (2016 a 2020). É de salientar que a primeira parece estar fora do âmbito das formações ministradas e que estas redes financiam apenas reuniões de intercâmbio.

A7.2. Políticas de prestação de serviços à comunidade

A7.2.1. **A Instituição dispõe de uma política institucional consistente para a prestação de serviços à comunidade, adequada à sua contribuição para o desenvolvimento regional e nacional:**
Não
A7.2.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**

A Escola interliga-se com as entidades sociais (IPSS) onde estão incluídas as creches, contribuindo com ações de formação de acordo com algumas necessidades demonstradas.
O Gabinete de Intervenção Psicológica presta serviços especializados na área da psicologia, à comunidade social.
No Gabinete de Explicações e Apoio Pedagógico, ajudam alunos do ensino básico, secundário e superior a melhorarem o sucesso escolar.
Não foi especificado se estes serviços são gratuitos ou entram como receitas próprias.
Igualmente, nas atividades realizadas pelos alunos dos vários cursos, direcionadas/abertas à comunidade, não se especifica se as mesmas são em contexto curricular ou extra-curricular, nomeadamente a intervenção em concertos, promoção de eventos, conferências, etc.
A prestação de serviços centra-se no apoio à comunidade local e não são produzidas evidências quanto a ações concretas e à sua eventual contribuição para o desenvolvimento regional e nacional, nem para as receitas próprias da instituição.

A7.3. Políticas de captação de receitas próprias

A7.3.1. **A instituição tem uma política de captação de receitas próprias e o seu nível é adequado:**
Não
A7.3.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
Da informação constante no RAA as Receitas Próprias (RP) são obtidas através de prestação de serviços à comunidade, alugueres de espaços e equipamentos, acções de formação, projectos comunitários ERASMUS+. Das reuniões não foi possível obter mais informação, apesar de a termos solicitado.
Os valores das receitas que são apresentadas no relatório referem-se à entidade instituidora.
Não conseguimos averiguar quais os valores efetivamente recebidos provenientes dos serviços prestados e de propinas dos estudantes.

A8. Políticas de colaboração nacional

A8.1. **A Instituição dispõe de uma política institucional para a cooperação com outras instituições nacionais:**
Não
A8.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
As parcerias evidenciadas no relatório não são significativas para a missão da instituição.
Durante a visita não foi evidenciada nenhuma cooperação institucional que levasse ao reforço científico institucional.

A9. Políticas de internacionalização

A9.1. **A Instituição dispõe de uma política institucional para a internacionalização:**
Não
A9.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
Apresenta uma escassa mobilidade internacional de docentes e não docentes, não existindo uma politica de institucional que preveja que a internacionalização venha a ser uma realidade a curto prazo. Os estudantes referiram que não têm disponibilidade financeira, nem de tempo, porque se encontram a trabalhar. Os docentes também não demonstraram vontade de integrar programas de mobilidade.

É referido no relatório a existência de alunos estrangeiros a frequentar os cursos, mas os estudantes referiram que isso já não acontece há algum tempo.

A10. Instalações

A10.1. **A Instituição dispõe de instalações com as características exigíveis à ministração de ensino politécnico:**
Sim
A10.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
A Escola partilha as instalações, no que concerne aos espaços comuns (auditório, bar, biblioteca) com o ISCAD, assim como à sala de informática e à secretaria (com espaços de atendimento diferentes e sistemas informáticos diferenciados).
Apresenta salas de aulas devidamente identificadas e laboratórios adequados à missão da escola, tanto em dimensão como no que concerne ao equipamento.
As aulas práticas de Expressão Motora decorrem no pavilhão da Junta de Freguesia.

A11. Serviços de ação social

A11.1. **São assegurados serviços de ação social:**
Em parte
A11.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
Existem muito poucos alunos a solicitar apoio da Acção Social Escolar ao nível da Direcção Geral do Ensino Superior (DGES) – apenas 5%.
A escola apoia os discentes através da Direcção de Gestão em Educação e Intervenção Social, encaminha-os para os serviços centrais de acção social escolar, assim como apoia os estudantes com dificuldades económico-financeiras e sociais através de parcerias/protocolos com entidades externas não especificadas.
Não dispõem de alojamento, nem de refeitório.

A12. Informação para o exterior

A12.1. **A Instituição publicita de forma adequada informação sobre a oferta educativa, incluindo os relatórios de autoavaliação e avaliação externa e das decisões da Agência:**
Em parte
A12.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
A oferta formativa está disponível na página da escola. Poderia ser mais elucidativa e esclarecedora. Foi referido nas reuniões que houve problemas na página.
Apenas está disponível na página o relatório de atividades referente ao ano letivo 2015/2016; o relatório de empregabilidade 2014/2015; relatório do processo de Bolonha; atividades da biblioteca 2015/2016.
Não existe publicitação do relatório de auto avaliação na página da instituição, nem os procedimentos de avaliação/acreditação dos cursos (A3ES).

Requisitos Especificos

A13. Oferta educativa

A13.1. **INSTITUTO POLITÉCNICO:** A Instituição dispõe de, pelo menos:
- Duas escolas de áreas diferentes;
- Quatro ciclos de estudos de licenciatura acreditados, dois dos quais técnico-laboratoriais, em pelo menos duas áreas diferentes compatíveis com a missão própria do ensino politécnico.

OUTRO ESTABELECIMENTO DE ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO:A Instituição dispõe de, pelo menos:
- Um ciclo de estudos de licenciatura acreditado.

Sim

A13.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
A ESEAG tem um ciclo de estudos de Licenciatura em Educação Básica acreditado e dois cursos de Mestrado.

A14. Corpo docente

A14.1. No conjunto dos docentes e investigadores que desenvolvam atividade docente ou de investigação, a qualquer título, na Instituição:
- A Instituição dispõe, no mínimo, de um especialista ou doutor por cada 30 estudantes;
- Pelo menos 15% são doutores em regime de tempo integral;
- Para além desses doutores, pelo menos 35% são especialistas (que poderão ser igualmente detentores do grau de doutor).

Em parte

A14.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**
Pelos dados disponíveis no RAA e fichas curriculares dos docentes, de acordo com o referido em A 6.2 deste relatório, a instituição dispõe de 20,10 docentes ETIs (Equivalente Tempo Integral); 12,45 ETIs com o grau de Doutor; destes, 8 são professores a tempo integral; 17,00 ETIs Doutores e Especialistas; Doutores na área, 5,55 ETIs e Especialistas 9,65 ETIs. Mestres 8 ETIs. e Licenciados 4 ETIs

Existem no corpo docente 61,9% de professores doutorados, dos quais 39,8% a tempo integral e 27,1% doutores na área dos ciclos de estudos e 48% são especialistas. Doutores e especialistas a tempo integral – 4; a tempo parcial – 2; (84,6%)
Doutores a tempo integral – 4; a tempo parcial – 8; (61,9%)
Mestre e especialista a tempo integral – 3; a tempo parcial – 2; (17,4%)
Mestre a tempo parcial – 3;
Licenciado e especialista a tempo parcial – 2; (5,2%)
Licenciado a tempo integral - 2
O número de estudantes por especialista ou doutor é também bastante inferior ao máximo admitido de 30, pelo que cumpre, excedendo largamente, o que está estatuído.
Doutores a tempo integral 39,8%
Especialistas 48%
Doutores e Especialistas na área ciclo de estudos 75,1%

A15. Observações

A15. **Observações**

Os estatutos carecem de atualização, pelas discrepâncias encontradas, no cumprimento do RJIES (Lei nº 62/2007).

Foi aproveitado o decurso desta avaliação para se dar inicio à introdução de alguns procedimentos na área do SIGQ, de acordo com o Manual da Qualidade, em articulação com a Entidade Instituidora. Não foi ainda implementada a avaliação de desempenho dos docentes.
Não estão implementados os procedimentos que garantam que a apresentação de novos ciclos de estudos cumpra os requisitos mínimos para acreditação. Não foi dada informação que permitisse inferir se foram implementadas medidas na qualificação dos docentes, na área das didáticas.
As atividades de investigação e desenvolvimento não foram valorizadas no relatório, não evidenciando publicações cientificas recentes. A investigação orientada ainda não tem visibilidade.
Não existe uma política de internacionalização, nem são evidentes estratégias que alterem esta situação.
Ficam duvidas na atribuição pelo Conselho Técnico Científico do reconhecimento de especialista de reconhecida experiência e competência profissional.
As perspetivas de desenvolvimento referidas na reunião inicial não evidenciam vetores de desenvolvimento realistas dado que foi apenas referida a vontade de submeter novas propostas formativas, nomeadamente mestrados de formação de professores do 2º ciclo do ensino básico, área em que a oferta formativa na região de inserção da escola é já excedentária, se observa um decréscimo demográfico e que o corpo docente atual da escola não é adequado a nenhuma das áreas de especialização.

II - Avaliação das Unidades Orgânicas

B1. Ensino

B1.1. **Adequação da oferta educativa**
Apreciação geral da adequação da oferta formativa das Unidades Orgânicas da Instituição, face, designadamente, à missão de uma Instituição de natureza politécnica.

As formações oferecidas são ao nível da formação de professores, o Curso de Licenciatura em Educação Básica, acreditado (06/2014) por 6 anos, dois cursos de mestrado um em Educação Pré-Escolar e outro em Educação Pré-Escolar e ensino do 1º ciclo do ensino básico, acreditados (07/2015) por 3 anos.
As formações oferecidas são as adequadas à missão da instituição.
B1.2. **Estudantes**
Apreciação geral da evolução do número de estudantes nas Unidades Orgânicas.
Pelos dados constantes do relatório em 2015/2016 foram disponibilizadas para o curso de licenciatura em educação básica 25 vagas, inscreveram-se 12 alunos, no mestrado em educação pré-escolar e ensino do 1º ciclo do ensino básico abriram 30 vagas, matricularam-se 11 alunos, e no mestrado em educação pré-escolar abriram 30 vagas, matricularam-se 8 alunos, mas existe alguma discrepância entre os números apresentados nas páginas 37 e 57.
De acordo com os dados fornecidos durante a visita, o número de estudantes inscritos em 2017/2018, num total de 111 estudantes, corresponde a 37 alunos na licenciatura em Educação Básica; 11 alunos no Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e 26 do Mestrado em Ciências da Educação, área de especialização em Administração Escolar (descontinuado). E ao nível dos CTeSP em Intervenção Social e Comunitária com 29 alunos e em Intervenção Educativa em Creche 8 alunos. O mestrado em educação pré-escolar não apresenta alunos.

B1.3. **Diplomados**
Apreciação geral da evolução do número de diplomados nas Unidades Orgânicas.
Os números deixam algumas duvidas, no entanto pela informação constante no relatório

diplomaram-se em 2015/2016, 34 alunos, resultado dos vários cursos existentes nessa data, alguns deles já descontinuados.

B2. Corpo docente

B2.1. **Adequação em número, qualificação e especialização**
Apreciação geral da adequação do corpo docente das Unidades Orgânicas.
De acordo com o referido no ponto A14.2 deste relatório, existem 8 professores com o grau de doutor a tempo integral e 10 a tempo parcial, correspondendo a 61,9%. Doutores e especialistas 77,6% (> 50%). Doutores na área do ciclo de estudos 27,1% e especialistas reconhecidos pelo CTC 48%. Pelo que o total de doutores e especialistas corresponde ao estabelecido na legislação. No entanto, a forma como foi atribuído, o reconhecimento de especialista (vd. A6.2), deixa dúvidas quanto à sua correta contabilização.
B2.2. **Estabilidade e dinâmica de formação**
Apreciação geral do grau de estabilidade do corpo docente das Unidades Orgânicas.
O corpo docente apresenta alguma estabilidade, considerando que permanecem na instituição há vários anos, no entanto, 50% têm mais de 50 anos, com uma média de idades de 52 anos. Não existe uma politica de apoio à formação dos docentes, nem ao recrutamento de novos especialistas ou doutores na área do ciclo de estudos.

Perguntas B3. a B5.

B3. **Instalações**
Apreciação geral da adequação das instalações das Unidades Orgânicas.
As instalações são as adequadas à formação ministrada, apesar de partilhadas com o ISCAD, no que respeita aos espaços comuns, incluindo Auditório, Biblioteca, Sala de informática, Secretaria (com espaços de atendimento diferentes e sistemas informáticos diferenciados). Salas de aula identificadas, laboratórios de práticas e sala de expressão musical e salas para as didáticas. Recorrem ao pavilhão da Junta de Freguesia para as aulas práticas de Expressão Motora.
B4. **Atividades de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível**
Apreciação geral das atividades de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível nas Unidades Orgânicas.
A investigação orientada, não é ainda uma prática da instituição, apesar de existirem alguns alunos a desenvolverem trabalhos finais para serem apresentados em forma de poster, nos encontros organizados pela instituição. Não está instituída uma politica de investigação, as investigações realizadas têm um caracter individual. As publicações são poucas e na maioria não são na área do curso.
A escola desenvolve atividades de cariz cultural em parceria com as instituições cooperantes e comunidade local.

B5. **Produção artística**
Apreciação geral das atividades de produção artística nas Unidades Orgânicas.
Promoção de eventos com recurso as tecnologias digitais, dirigidos a vários públicos. As produções artísticas realizam-se no âmbito das unidades curriculares das expressões. Existe um coro da instituição, constituído por alunos, docentes e funcionários, que participa em eventos artísticos e culturais.

Perguntas B6. a B7.

B6. **Prestação de serviços à comunidade**

Apreciação geral das atividades de prestação de serviços à comunidade (incluindo atividades de promoção cultural, artística e desportiva) nas Unidades Orgânicas.
De acordo com o RAA a prestação de serviços à comunidade traduz-se em acções de formação dirigidas a públicos específicos, nomeadamente educadores de infância, professores, em várias áreas (educação especial e educação inclusiva, matemática, gestão financeira, leitura e escrita e educação sexual).
Através do Gabinete de apoio psicológico foram aplicadas provas de avaliação psicológica a pedido da junta de freguesia.
Participação em feiras de expressões, promovida pela junta de freguesia.
Não existe uma estratégia por parte da instituição. Não foi possível verificar a existência de uma prestação de serviços à comunidade devidamente planeada, apenas existem casos pontuais.
B7. **Colaboração nacional e internacional**
Apreciação geral das atividades em cooperação nacional e internacional nas Unidades Orgânicas.
A ESEAG estabeleceu novas parcerias, essencialmente a nível das juntas de freguesia, agrupamentos de escola, instituições particulares de solidariedade social, casa de acolhimento para jovens e crianças, sociedades desportivas, externatos e creches, fundações e ludotecas, as quais se traduzem essencialmente em protocolos de apoio aos estágios curriculares.
A nível internacional perspetivam estabelecer novas parcerias no espaço da lusofonia, com países de língua oficial portuguesa.

B8. Sistema interno de garantia da qualidade

B8. Sistema interno de garantia da qualidade
No caso de o sistema estar definido a nível institucional (certificado ou não pela A3ES) preencher o campo B8.3.
B8.1. **Evolução do sistema (no caso de sistemas certificados a nível de Unidade Orgânica)**
Apreciação geral da evolução dos sistemas certificados a nível de Unidade Orgânica, desde a sua certificação.
<sem resposta>
B8.2. **Breve descrição do sistema (no caso de sistemas não certificados a nível de Unidade Orgânica)**
Apreciação geral do estado de desenvolvimento dos sistemas definidos a nível de Unidade Orgânica não certificados pela A3ES.
Tal como referido em A4.4.2 está ainda numa fase muito inicial. Existe um manual da qualidade, editado em 2016. Mas ainda sem evidências de áreas em desenvolvimento. Não existem procedimentos nem instruções de trabalho definidas
B8.3. **Contributo da Unidade Orgânica para o funcionamento do sistema (no caso de sistema a nível da Instituição)**
Apreciação do contributo das Unidades Orgânicas para o funcionamento do sistema interno de garantia da qualidade da Instituição.
.Tal como referido em A4.4.2 está ainda numa fase muito inicial. Existe um manual da qualidade, editado em 2016. Mas ainda sem evidências de áreas em desenvolvimento. Não existem procedimentos nem instruções de trabalho definidas.

B9. Apreciação global, pontos fortes, pontos fracos e recomendações de melhoria

B9.1. **Apreciação global das Unidades Orgânicas**
Apreciação global da organização e funcionamento das Unidades Orgânicas.
Esta instituição apresenta apenas uma escola, com um curso de licenciatura e dois de mestrado

acreditados.
B9.2. **Áreas de excelência**
Identificação de áreas de excelência.
Não existem nesta escola áreas consideradas de excelência.
B9.3. **Áreas com fragilidades**
Identificação de áreas com fragilidades específicas.

Qualificação do corpo docente nas áreas dos ciclos de estudos aprovados
Investigação
Internacionalização
Reduzido número de alunos
Sistema interno de garantia da qualidade
Ausência de publicitação dos relatórios

B9.4. **Recomendações de melhoria**
Recomendações de melhoria da organização e funcionamento das Unidades Orgânicas.
Qualificar o corpo docente nas áreas de formação da ESEAG
Melhorar os meios de divulgação da escola e dos cursos
Integrar a investigação orientada ao longo do curso
Envolver os docentes/estudantes em projetos de investigação
Aumentar o numero de publicações cientificas
Estabelecer politicas de internacionalização
Desenvolver o Sistema Interno de Garantia da Qualidade
Implementar a avaliação de desempenho dos docentes
Publicitar os relatórios de avaliação/acreditação

B10. Observações

B10. **Observações**
Não cumprimento do RJIES
Reduzido número de estudantes nos ciclos de estudo em funcionamento
Qualificação insuficiente dos docentes na área da formação de professores
Fraca sustentabilidade do projeto de desenvolvimento da ESEAG

III - Apreciação global da instituição

Perguntas C1. a C5.

C1. **Apreciação global**
Apreciação global da Instituição.
A Instituição apresenta dificuldades na captação de alunos na área de formação da escola, assim como na aprovação de cursos de formação de professores, por falta de qualificação do corpo docente.
O projeto de evolução da escola não parece ser realista, o que se pode verificar pelas propostas de cursos apresentadas para aprovação.
Os ciclos de estudo que estão a pensar propor não têm cabimento na realidade do país, com sobreposição das formações na região de Lisboa.

Existem dificuldades por parte dos professores na participação em programas de mobilidade internacional, assim como na realização de investigação e sua divulgação.
As atividades de investigação e desenvolvimento, são insuficientes e não são valorizadas no relatório.
Não há coerência entre os dados do relatório quanto aos alunos estrangeiros, nomeadamente os alunos brasileiros, que frequentam a instituição.
A reduzida procura dos cursos, põe em causa o funcionamento dos mesmos.
Pouco envolvimento dos alunos na vida da escola e na reflexão sobre o seu futuro.
A viabilidade do projeto de desenvolvimento da escola levanta duvidas, do ponto de vista pedagógico, científico e económico.

C2. **Pontos fortes**
Pontos fortes da organização e funcionamento da Instituição.
Dinâmica da Direção na gestão da Instituição.
A imagem da Instituição é considerada internamente positiva, conseguindo vencer o desafio à mudança de instalações.
Os alunos referem acessibilidade aos professores e provedor do estudante.
Esta avaliação serviu para introduzirem alguns procedimentos internos, dando cumprimento a alguns aspetos do sistema interno de garantia da qualidade.
Boas relações com a comunidade local através de alguma prestação de serviços.
Existência de gabinetes de apoio aos estudantes.

C3. **Pontos fracos**
Pontos fracos da organização e funcionamento da Instituição.
Os estatutos não cumprem o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), Lei nº 62/2007.
Reduzido número de reuniões dos órgãos, nomeadamente Conselho Técnico Científico e Conselho Pedagógico, não cumprindo o estabelecido nos estatutos. Assim como o reduzido número de estudantes.
O Sistema Interno de Garantia da Qualidade, encontra-se ainda numa fase muito inicial, tendo sido criado muito recentemente, com um gestor de qualidade nomeado.
Não está a ser cumprido o artº 16º da Lei nº 38/2007 (RJAES), Artº 161º e 162º do RJIES, Lei nº 62/2007.
Ausência de procedimentos que garantam os requisitos mínimos para acreditação de novos ciclos de estudos.
Não está implementada a avaliação dos docentes.
Foi referido pelos alunos a existência de défice de comunicação na área administrativa, considerando existirem bastantes alunos trabalhadores estudantes.
Reconhecimento pelo CTC de especialistas de reconhecida experiência e competência profissional, levanta dúvidas face à desconformidade entre os critérios utilizados e as indicações da Agência comunicadas no contexto dos processos de acreditação de cursos.
Baixa internacionalização dos docentes e estudantes, não existindo uma estratégia de alteração.
Deficiência na investigação, restringindo-se na sua maioria a publicações internas.
Os alunos não desenvolvem investigação orientada regularmente, são apenas casos isolados.
Os docentes que estão integrados em Centros de Investigação, são em áreas não relevantes para as formações lecionadas.
Acumulação de funções em vários órgãos, leva à pouca participação dos docentes.
Ausência de condições para os docentes frequentarem programas de formação avançada – doutoramento. Assim como não existe evidência de apoio a atividades de investigação e participação em conferências internacionais.
Ausência de informação sobre o valor das receitas próprias e sua proveniência, bem como o

orçamento de funcionamento.

C4. **Recomendações de melhoria**
Recomendações de melhoria da organização e funcionamento da Instituição.
Rever os estatutos, dando cumprimento ao RJIES e à legislação mais recente.
Elaborar um Plano de Desenvolvimento da Instituição que inclua objetivos/metas, particularmente em termos de acreditação de novos cursos, implementação do SIGQ e sua acreditação bem como a nível de I&D, definindo uma politica de investigação para os próximos anos.
Qualificação do corpo docente, através da frequência de programas de formação avançada – doutoramento, na área de formação da escola e qualificação especializada do corpo docente em conformidade com as linhas orientadoras definidas pela A3ES para o reconhecimento de especialistas pelo CTC ou preferencialmente por concurso de provas publicas para aquisição do titulo de especialista.
Melhorar os meios de divulgação da escola e dos cursos, envolvendo mais os estudantes na instituição.
Integrar a investigação orientada ao longo do curso, levando os professores a incluírem os alunos nas investigações que estejam a desenvolver, de acordo com a área de formação da escola.
Monitorizar a inserção dos diplomados no mercado de trabalho, com recurso a métodos fiáveis.
Internacionalização, através do programa ERASMUS+, aproveitar a oportunidade de cursos em parceria e melhorar a mobilidade de estudantes e professores, definindo uma estratégia.
Integrar projetos nacionais e internacionais, de acordo com a missão da instituição.
A Instituição precisa de ter um modelo de projeção financeira que mostre que vai conseguir ter uma base financeira sólida, auto-sustentável, com plano de curto, médio e longo prazo que leve à estabilidade financeira.

C5. **Recomendação Final**
(Acreditar, Acreditar com condições, Não Acreditar)
Não Acreditar
Após análise pormenorizada da pronuncia enviada pela ESEAG, mantemos a recomendação constante do relatório preliminar (Não Acreditar), considerando verificarem-se todos os pressupostos que levaram à decisão.
Acresce na pronuncia recebida a informação sobre estratégia da entidade instituidora para a ESEAG, a qual nunca foi referida durante a visita da CAE.